



EDITORIAL

A Revista do Desenvolvimento Regional - REDES tem a satisfação de apresentar o volume 25, número 04 (edição especial) que está sendo publicado nesse mês de novembro de 2020. Esse número traz como destaque o dossiê temático **Desenvolvimento Regional na Amazônia**, além de reunir também, na segunda seção, um conjunto de outros artigos que abordam distintos temas relativos ao campo do desenvolvimento regional.

O presente Dossiê temático é constituído de um conjunto de dez artigos que, de modo distinto, desenvolvem a reflexão teórica e metodológica e que apresentem resultados de pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento regional em diferentes territórios da Amazônia brasileira.

O objetivo deste Dossiê temático foi divulgar a produção científica resultante de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros sobre diferentes formas, processos e experiências, bem como sobre as dinâmicas e as políticas de planejamento e desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira.

Abrindo os artigos do Dossiê temos o artigo dos autores **Alex Pizzio e Aline Marinho Bailão Iglesias**, intitulado A PROTEÇÃO JURÍDICA DE ARTESANIAS CERTIFICADAS COM REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E O CASO DA CERTIFICAÇÃO DO ARTESANATO DO CAPIM DOURADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO JALAPÃO (TO). Nele os autores abordam a temática do desenvolvimento regional decorrente da implantação do registro de Indicação Geográfica (IG) como instrumento capaz de aumentar o dinamismo territorial e de contribuir para o desenvolvimento em termos econômico e social. Os autores avaliam se o registro de Indicação Geográfica de produtos do artesanato é uma ferramenta eficaz na proteção desses produtos e no desenvolvimento socio comunitário das comunidades tradicionais da região do Jalapão - TO. Os resultados do estudo assinalam que mesmo um instrumento de valoração e proteção de produtos e serviços difundido em escala global, como a IG, oferece uma proteção apenas parcial às artesanias de capim dourado, uma vez que não conseguem coibir infrações como a utilização de recursos naturais protegidos sem a devida autorização, a apropriação de saberes tradicionais e de recursos simbólicos por parte de terceiros e a comercialização de produtos pirateados em mercados internacionais.

Na sequência temos o artigo CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA LEGAL: ARAGUAÍNA/TO, IMPERATRIZ/MA E MARABÁ/PA – INDUTORAS DE DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES, dos autores **Miguel Pacífico Filho, Thelma Pontes Borges, Marcela Pereira Lima Teles e Airton Cardoso Cançado**. Os autores analisam as cidades médias de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA que integram a chamada Amazônia Legal, e são classificadas pelo IBGE como capitais regionais de nível C na região. Cada uma delas é referência em suas respectivas regiões geográficas intermediárias e limítrofes entre si. O objetivo do trabalho é demonstrar que as três localidades, apesar de apresentarem crescimento

econômico e demográfico forte, padecem de problemas sociais e estruturais que diminuem a qualidade de vida de sua população. Os autores também assinalam, com base no pensamento de Amartya Sen, de que mesmo com todo crescimento econômico, as liberdades instrumentais e as substantivas ainda permanecem relegadas, e que, uma das possibilidades de superação está num olhar mais integrado das três cidades em termos geográficos e administrativos.

Já o artigo **DESENVOLVIMENTO RURAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ: DESIGUALDADE E ESPACIALIDADE**, de autoria de **Adriano Nascimento Paixão, Nilton Marques Oliveira, Marcus Vinicius Mendonça, e de Rodolfo Alves Luz**, tem como objetivo de construir e analisar um índice de desenvolvimento rural para os municípios do estado do Pará. Para o cálculo do índice os autores utilizam o método de análise fatorial. As variáveis utilizadas foram obtidas junto aos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD (2013) e Censo Agropecuário do IBGE (2006). Os resultados revelam uma prevalência de municípios com baixos índices de desenvolvimento rural no estado. Também apontam que a infraestrutura das áreas rurais dos municípios do interior do estado é mais precária quanto maior é a dificuldade de acesso e o grau de isolamento destas áreas. Destacam também que a colonização de regiões distantes não foi acompanhada de investimentos em obras e serviços adequados ao provimento de qualidade de vida tanto de populações tradicionais quanto da população migrante que se instalou nas áreas rurais do estado.

Os autores **Otávio do Canto, Mário Vasconcellos Sobrinho, Ana Maria Albuquerque Vasconcellos, Luciana Rodrigues Ferreira, Ana Lalis Vasconcellos** no artigo **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E LIMITES DA GESTÃO COMPARTILHADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA ZONA COSTEIRA AMAZÔNICA** abordam a emergência de conflitos socioambientais e os limites da gestão compartilhada de territórios na zona costeira amazônica brasileira. De forma particular, o artigo debate os conflitos socioambientais e os limites da gestão compartilhada em 3 (três) Unidades de Conservação (UC) na zona costeira do estado do Pará, precisamente: RESEX Mãe Grande de Curuçá, RESEX Mestre Lucindo e APA Algodoal-Maiandeuá. O artigo demonstra a existência de quatro categorias de conflitos: (1) os relacionados a empreendimentos econômicos, (2) os conexos à degradação do ambiente e dos recursos naturais, (3) os originados nas práticas econômicas e ocupacionais locais e (4) aqueles resultantes das implicações legais e sociais. Os resultados da análise demonstram que a gestão compartilhada tem limitações, entretanto é, até então, o melhor modelo para gestão de UC. Também concluem os autores que a gestão compartilhada é processo e prática e que se potencializa na medida em que os atores envolvidos ganham experiência e promovem de forma crescente diálogo e o interesse bem compreendido a partir da participação social.

Por sua vez no artigo **ORDENAMENTO TERRITORIAL E CONFLITOS POR TERRA NO AMAPÁ – AMAZÔNIA – BRASIL**, os autores **Roni Mayer Lomba, Alejandro Fabian Schweitzer e Jadson Luís Rebelo Porto** analisam os conflitos agrários envolvendo o campesinato tradicional e as grandes atividades capitalistas no Estado do Amapá, Amazônia brasileira. Buscam desvendar, a partir da geografia agrária e do avanço da fronteira, as características da ocupação, a gênese dos povos

tradicionais locais, as políticas de ordenamento fundiário e como elas tem beneficiado determinados grupos no acesso à terra e exploração dos recursos naturais. Os autores identificam que essencialmente, os conflitos encontram-se estabelecidos pela expansão da agropecuária em terras públicas ocupadas por camponeses posseiros, pela construção de barragens para hidrelétricas, afetando populações ribeirinhas, pelo desmatamento de florestas e exploração mineral, atingindo povos indígenas e outros. Os atores concluem que a existência de um projeto político local atende aos grandes interesses privados, frente à uma sociedade que reivindica seus direitos ao território enquanto meio de vida.

As autoras **Sarah Afonso Rodvalho** e **Mônica Aparecida da Rocha Silva**, no artigo **POLÍTICA URBANA COMO INSTITUIÇÃO: COMPLEXIDADES E LIMITAÇÕES DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS (2007) PARA VIABILIZAR UMA MUDANÇA INSTITUCIONAL**, analisam as complexidades e limitações enfrentadas pelo Plano Diretor Participativo de Palmas (2007) para viabilizar uma mudança institucional. Os autores concluem que, considerando as cinco fases da mudança institucional e o objetivo de garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o Plano Diretor Participativo de Palmas (2007) não foi instrumento suficiente para viabilizar uma mudança institucional na política urbana de Palmas. Os obstáculos a mudança institucional se mostraram mais fortes em influenciar a condução das etapas do planejamento, mesmo com o avanço das regras formais instituídas por meio dos instrumentos urbanísticos e do sistema de planejamento e gestão urbanos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Participativo de Palmas (2007).

Por sua vez os autores **Márcio Júnior Benassuly Barros**, **Elzamili Lima Brito**, **Francilene Sales da Conceição** e **Raoni Fernandes Azerêdo** desenvolvem o artigo **TERRITORIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PAA E O CASO DA ACEPPAMO, MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, AMAZÔNIA PARAENSE**. Nele os autores analisam a experiência da Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras do Município de Óbidos (ACEPPAMO) com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Óbidos, Pará. Os principais resultados da análise indicam que a execução desta política pública tem contribuído para a melhoria da renda dos pequenos agricultores/pescadores associados à ACEPPAMO, além de contribuir com a segurança alimentar dos beneficiários atendidos com a distribuição do pescado no município de Óbidos.

Fechando o dossiê, temos o artigo **POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE VOLTADA AO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO TOCANTINS-PA**, de autoria de **Francinei Bentes Tavares** e **Monique Medeiros**. Nele, os autores abordam a efetividade das ações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Baixo Tocantins-PA, com foco na participação social de atores públicos e da sociedade civil na consolidação de estratégias territoriais. Os autores concluem que o CODETER passa, atualmente, por um momento de fragilidade no que diz respeito ao seu processo de funcionamento, principalmente pela falta de participação das entidades da sociedade civil e do poder público. Identificam o baixo nível de participação e de assunção de responsabilidade pelos atores regionais para com a política de desenvolvimento territorial. Ademais, os interlocutores confirmam o prevalecimento dos interesses

particulares sobre os territoriais na tomada de decisão acerca da alocação de recursos provenientes do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF). De modo mais amplo, o que se verifica no contexto analisado é que a maioria dos atores envolvidos com o CODETER não tem uma visão sistêmica do Colegiado, compreendendo-o de forma parcializada, como construção local desarticulada de uma dinâmica territorial.

Na outra seção deste número, denominada “**Artigos Gerais**”, temos um conjunto de quinze outros artigos que abordam temas variados, mas convergentes com a temática do desenvolvimento regional.

Abrindo essa segunda seção temos o artigo, AVANCES Y DESAFÍOS DEL DESARROLLO SOSTENIBLE EN URUGUAY Y SUS IMPLICANCIAS TERRITORIALES. UNA MIRADA A LA LOCALIZACIÓN DE LOS ODS EN TACUAREMBÓ, de autoria de **Amalia Margarita Stuhldreher**. O artigo apresenta os primeiros resultados de um projeto vinculado a um Espaço de Formação Integral (EFI) da Universidade de la República (UDELAR) relativo aos avanços e desafios para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 no Uruguai, a partir de um olhar territorial focalizado no departamento de Tacuarembó e seu contexto regional no Nordeste do país, caracterizados historicamente por um atraso relativo em matéria de desenvolvimento. Considerando a evolução da conceituação teórica do desenvolvimento e adotando uma estratégia metodológica qualitativa, o trabalho tematiza ações, possibilidades e desafios atuais da provisão de bens públicos em dimensões essenciais de desenvolvimento humano sustentável. A análise focaliza as percepções dos atores territoriais agrupados na Mesa de Desenvolvimento Local (MDL) relativo ao processo de localização dos ODS 8 e 13 em Tacuarembó e à necessidade de no futuro fortalecer a planificação, estabelecendo mecanismos governamentais para lograr alcançar esses objetivos.

Já os autores **Pedro Luís Büttendbender**, **Jorge Oneide Sausen**, **Bruno Nonnemacher Büttendbender** e **Ariosto Sparemberger** apresentam o artigo ALIANZAS ESTRATÉGICAS Y PRÁCTICAS COOPERATIVAS QUE PROMUEVEN LA INCLUSIÓN Y EL DESARROLLO TERRITORIAL: PROPUESTA DE UN CONSTRUCTO DE GOBERNANZA COOPERATIVA Y TERRITORIAL. Nele os autores abordam as práticas cooperativas que possam gerar maior inclusão social e econômica em uma região localizada na fronteira internacional entre os países Argentina, Brasil e Paraguai, propondo um construto para reflexão e análise do processo de governança cooperativa e territorial. O estudo oferece a proposta de um construto explicativo para o processo de governança cooperativa e territorial. As cooperativas operam de acordo com as leis de cada país e são influenciadas por várias outras características das regiões fronteiriças internacionais. Os avanços no desenvolvimento territorial conferem ao cooperativismo uma relevância ainda maior para promover a crescente inclusão econômica e social e sua promoção. As perspectivas do cooperativismo e desenvolvimento indicam priorizar o fortalecimento do sistema cooperativo, a qualificação de gestão e governança, os investimentos em educação cooperativa, a inovação produtiva e tecnológica e a formação de novas alianças estratégicas de cooperação entre cooperativa e sociedade.

No artigo DESENVOLVIMENTO LOCAL: QUO VADIS ?, o autor **Nilton Marques de Oliveira** analisa o desenvolvimento local em duas vertentes. Na primeira, em

uma concepção convencional e na segunda em uma concepção avançada. Na convencional analisa o desenvolvimento do sistema econômico em escala localizada. Na avançada, o desenvolvimento local é compreendido de forma holística, ou seja, o ser humano é visto como agente transformador na sua própria localidade, tendo como elementos: a participação, a solidariedade, a cooperação e o pertencimento de toda sua evolução histórica e cultural do seu território. A convencional apresenta a teoria do desenvolvimento do sistema produtivo pautado no aumento da riqueza, bens e serviços. Por outro lado, na avançada o crescimento econômico é apenas coadjuvante para reduzir as privações dos bens materiais. Para o autor, a direção do desenvolvimento local está indo mais na concepção convencional, mas a concepção avançada está ganhando espaço na discussão, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas.

O autor **João Mendes Rocha Neto** no artigo A POLÍTICA REGIONAL BRASILEIRA FRENTE A TEORIA DA EXTINÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS aborda o tema dos processos de extinção de políticas públicas são reduzidos na literatura nacional. Para o autor a discussão sobre as políticas de desenvolvimento regional tem sido sempre relacionada a confrontos entre diferentes atores que gravitam em torno dessas políticas e de seus interesses. Assim, aos processos decisórios na área pública têm sido complexos e por vezes obscuros, sobretudo quando extinguem políticas públicas, a exemplo do que ocorreu com a questão regional no final dos anos 90. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) constitui-se no objeto de análise do presente artigo, a partir de uma reflexão sobre a sua trajetória e possibilidade de uma repetição dos fatos que resultaram na retirada da agenda no final do século XX.

Já o artigo POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM SANTA CATARINA: SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS E REFLEXÃO SOBRE CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS, de autoria de **Diego da Silva Grava** e **Luciano Félix Florit** apresenta um levantamento sobre os povos e comunidades tradicionais em Santa Catarina e identifica a existência de situações de conflitos ambientais envolvendo seus territórios. Os autores analisam e sistematizam dados dispersos reunidos a partir de revisão bibliográfica e realizam uma reflexão crítica, à luz das perspectivas da Ecologia Política e da Justiça Ambiental, sobre sua situação no estado de Santa Catarina. O trabalho oferece um panorama geral sobre os povos e comunidades tradicionais em Santa Catarina estabelecendo relações com a situação destas comunidades no Brasil. Os autores concluem que existe em Santa Catarina uma grande diversidade de atores que podem ser considerados povos e comunidades tradicionais e que, em geral, enfrentam situações de vulnerabilidade socioeconômica e vivenciam ou já vivenciaram conflitos relacionados aos seus territórios. A existência de conflitos ambientais territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais parece um fenômeno comum e recorrente não somente no estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil.

Por sua vez, o artigo TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO EM KARL POLANYI: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA, de autoria de **Waldecy Rodrigues** e de **Wainesten Camargo** apresenta uma revisão sistemática da literatura acerca do território e do desenvolvimento econômico na perspectiva das obras de Karl Polanyi. As principais bases de dados utilizadas foram SCOPUS, WEB OF SCIENCE e SCIELO, no período de

1990 a 2018. Foram encontrados cerca de 100 (cem) trabalhos que atenderam ao protocolo da revisão sistemática. Todos esses trabalhos foram lidos e seus detalhes e características podem ser encontradas no presente texto. Foi identificada a abordagem clássica do território utilizada por Karl Polanyi, além das suas ideias mais abordadas – o duplo movimento, o enraizamento e a história econômica. Os principais resultados apontam para força do pensamento polanyiano em pesquisas sobre desenvolvimento em diversas escalas territoriais, permitindo pensar essas questões além das estritas amarras estabelecidas pelo pensamento social contemporâneo.

Os autores **Alex Manetta** e **Tomás Serrano Avilés** em seu artigo **DESIGUALDADES TERRITORIALES Y MIGRACIÓN: CONSECUENCIAS SOCIODEMOGRÁFICAS Y LINEAMIENTOS DE ACCIONES PARA LA REGIÓN OTOMÍ-TEPEHUA (HIDALGO, MÉXICO)**, propõem uma contribuição aos estudos sobre migração e desenvolvimento na região de Otomí-Tepehua (Hidalgo, México). Reconhecem o problema central que envolve os usos predominantes do território e a persistência de fatores de expulsão da população jovem, o que leva a um processo de perda da força de trabalho devido à emigração. Com base em trabalhos de campo, pesquisa bibliográfica e dados do Censo da População e Vivenda (INEGI, 2000 e 2010), realizam um diagnóstico que fornece a aplicação da metodologia do arcabouço lógico, identificando questões-chave capazes de direcionar linhas de ação para a intervenção, cujo objetivo seja a mitigação de fatores que causam emigração e, conseqüentemente, o reforço de desvantagens territoriais comparativas. De acordo com os resultados, somente através da pesquisa e inovação, cujo enfoque esteja a favor das demandas regionais, é que esse objetivo pode ser alcançado. Esse é, no entanto, um trabalho a ser realizado a longo prazo, que deve ser resolvido em áreas menos exploradas da política pública tradicional, de modo que é necessário o apoio constante do setor público, para que haja maior cooperação entre diferentes agentes, visando o aumento do capital social da população, levando em consideração as especificidades regionais, como possibilidade de desenvolvimento territorial integral, participativo e sustentável.

Já os autores **Reisoli Filho Bender** e **Mariângela Ravello** no artigo **EXPANSÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS: ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO – RS**, assinalam que o momento de instabilidade econômica impõe desafios cada vez maiores à gestão dos municípios, interferindo diretamente na arrecadação dos impostos de todos os entes federados, cenário que subsidiou o objetivo de analisar alternativas à expansão da arrecadação própria dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio Pardo, no período de 2009 a 2016. Para promover a análise, os autores estratificaram os municípios em três grupos, conforme faixa populacional: os grupos 2 e 3, com população inferior a 50.000 habitantes possuem atividade econômica pouco expressiva, basicamente rural, ínfima participação na arrecadação própria, de 2,52 e 5,35%, precária estrutura organizacional do setor tributário e com quadro singular de profissionais. Já no grupo 1, com população superior a 50.000 habitantes, os municípios são mais estruturados economicamente e a arrecadação própria atingiu a média de 11,68%. Ademais, constatou-se que os municípios dos grupos 2 e 3 estão na fase inicial de

implementação de ações, porém estão buscando alavancar a arrecadação própria, mesmo que ainda, caso da maioria, não tenham se adequado as exigências normatizadas pelo TCE/RS.

Os autores **Nilson Luiz Costa, Antônio Cordeiro de Santana, Daniel Arruda Coronel, Argemiro Luís Brum, e Carlos André Corrêa de Mattos** no artigo ASPECTOS DA IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO SOJA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL: 1997 – 2017, analisam a importância do agronegócio para a economia brasileira e gaúcha, especificamente nas questões relacionadas às exportações e na capacidade de a lavoura de soja estimular negócios nos segmentos de sementes, fertilizantes e defensivos nas distintas mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa pode ser classificada como exploratório-descritiva quanto aos fins e como estudo de caso quanto aos meios. Entre os principais resultados, destaca-se que o agronegócio se constitui em um dos principais segmentos da economia brasileira e a sua importância é comprovada pela capacidade de agregar renda e elevar o saldo comercial até mesmo em momentos de crise econômica. Também foi possível observar que a cadeia produtiva da soja, além de gerar renda e saldo comercial no Brasil e no Rio Grande do Sul, agrega um conjunto de atividades com potencial para estimular as relações econômicas em nível local, se constituindo enquanto atividade catalisadora de negócios e capaz de estimular segmentos da indústria associados a produção de insumos para as lavouras.

Na sequência, temos o artigo EFEITOS ECONÔMICOS DA DUPLICAÇÃO DA BR 116: UMA ANÁLISE PARA A MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL de autoria de **Rodrigo da Rocha Gonçalves, e Gabrielito Rauter Menezes**. Nele, os autores apresentam uma Matriz Insumo Produto (MIP) para a Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, para analisar os impactos econômicos da duplicação do trecho sul da BR 116 de curto e longo prazo, considerando a redução dos custos de transporte. Os resultados evidenciam que a economia da região está fortemente ligada as cadeias produtivas da pecuária e alimentos; produção de florestas e a indústria da construção naval e a construção. No que tocante aos efeitos da duplicação da BR 116, os setores mais afetados foram o setor de construção e seus principais fornecedores. Por sua vez, os resultados para a redução das margens de transporte rodoviário demonstraram que os setores outros produtos alimentares; peças e acessórios para veículos automotores; fabricação de equipamentos eletrônicos e informática; artigos de borracha e plásticos; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; máquinas e equipamentos; agricultura, silvicultura e outros equipamentos para transporte sofreram os maiores incrementos na produção e no valor adicionado.

Por sua vez, os autores **Adáuto de Oliveira Souza, Allison Cesar Martins Souza e Gabrielli do Carmo Martinelli** no artigo OS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: ASSENTAMENTO AGROVILA VILA FORMOSA – DOURADOS/MS analisam os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento da Agrovila Vila Formosa de 2010 a 2015. O artigo fundamenta-se em um estudo de caso apoiado em questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas no assentamento Agrovila, localizado no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisar os reflexos socioeconômicos ao longo de cinco anos os autores observam que o PAA ofertou contributos que

atendem as necessidades básicas alimentares de pessoas carentes na sociedade brasileira, inclusive na cidade de Dourados-MS, ainda, valoriza a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e preservação da biodiversidade.

No artigo ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE GOVERNANÇA EM REDES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: O CASO DA REDE BEM DA TERRA, os autores **Marcelo Fernandes Pacheco Dias** e **Aline Gonzalez Kochhann** abordam a governança de redes de empreendimentos solidários. A análise foi realizada através de um estudo de caso na Rede Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário. Duas abordagens teóricas de gestão foram utilizadas para subsidiar a análise: um modelo de governança de empreendimentos solidários mais os modos e os mecanismos de governança de redes interorganizacionais. Os principais resultados indicaram que as quatro dimensões da gestão de empreendimentos solidários são: social, econômica, ecológica, e, organizacional e técnica. Estes puderam ser mais especificados através dos mecanismos de gestão de redes e se aplicaram na rede de empreendimentos solidários pesquisada. Além disso, evidenciou-se que na dimensão social, a rede assumiu uma configuração descentralizada de coordenação e com estruturas mais complexas de governança, denominada de híbrida (participativa + organização líder).

Já o autor **Rodolfo Ferreira Ribeiro da Costa** em seu artigo NÃO HÁ NADA TÃO RUIM QUE NÃO POSSA PIORAR: UMA ANÁLISE BAYESIANA DA POBREZA, busca compreender as relações existentes entre diferentes formas de pobreza e, assim, verificar se um determinado tipo de carência inibe a capacidade do indivíduo superar de outras formas de privações. A abordagem utilizada para entender os mecanismos que regem as relações entre distintos níveis de pobreza remete-se a rede bayesiana. Os dados utilizados referem-se às informações sobre renda, saúde, educação e habitação para 5.565 municípios brasileiros entre 1970 e 2010, sendo a fonte de tais informações o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os resultados destacam a existência de relações entre as facetas da pobreza analisadas. Foram observadas influências diretas de todas as privações sobre as condições de saúde, indicando que precariedades em saúde normalmente surgem em ambientes onde outros tipos de carências afloram. Outro fato importante é que as privações educacionais não são explicadas por nenhuma das óticas tratadas e, portanto, retratam um caráter exógeno. O indicador de educação também reflete informações sobre a privação monetária, sendo tal relação de caráter positivo. Por fim, carências monetárias são responsáveis por limitar o acesso a uma moradia digna.

No artigo INSTRUMENTOS LEGAIS COMO FERRAMENTAS PARA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES A INUNDAÇÕES os autores **Rafaela Vieira**, **Leandro José Isensee**, e **Gilson de Oliveira Claudino** analisam como os instrumentos legais estão potencializando ou mitigando o risco de inundações nas principais cidades da Bacia Hidrográfica do Itajaí. Para alcançar este objetivo, os autores realizaram uma pesquisa descritiva nos Planos Diretores e em legislações municipais de Rio do Sul, Blumenau e Itajaí, com foco intra-lote, analisando os índices urbanísticos, em

especial taxa de ocupação e taxa de permeabilidade. Estes índices foram relacionados com o mapa de zoneamento e quantificados em termos de município, sendo então possível uma análise comparativa. Utilizaram também o zoneamento dos municípios para uma sobreposição aos mapas de áreas inundáveis. Os resultados demonstram que o município de Itajaí possui as maiores taxas de ocupação permitidas e as menores taxas de permeabilidade exigidas. Em relação as áreas inundáveis, os municípios de Rio do Sul e Itajaí possuem zonas com incentivo a ocupação dentro de áreas suscetíveis a inundações. Além disso, como outras medidas intra-lote para retardar o escoamento superficial de águas pluviais, apenas Blumenau possui legislação específica ao incentivar o uso de "Telhado verde". Portanto, os autores concluem que as legislações municipais dos municípios analisados não têm incentivado a sustentabilidade urbana e que seus índices urbanísticos estão contribuindo para a ampliação do risco de desastre a inundações

Concluindo esse número especial da Revista Redes temos o artigo de **Douglas Marques** e **de Everton Rodrigo Santos**, intitulado CAPITAL SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SUAS NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DE POLÍTICA PÚBLICA. Nele, os autores, têm por base na teoria do capital social de Putnam e sua relação com o aspecto da participação nas políticas públicas, no Rio Grande do Sul, em especial nas cidades de Caxias do Sul e de Novo Hamburgo. Os autores buscam demonstrar, comparativamente, a relação entre o acúmulo capital social e a qualidade da participação nas políticas públicas através de pesquisa de opinião pública, tipo Survey, nas cidades em tela, totalizando 382 questionários aplicados diretamente aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os autores concluem que na medida em que cresce o estoque de capital social, cresce a participação no âmbito das políticas públicas.

Nossos agradecemos aos editores convidados que organizaram esse Dossiê Temático de Redes e aos pareceristas que participaram da avaliação externa dos artigos que compõem esse número da revista. Desejamos a todos os nossos leitores uma boa leitura e reflexão.

Santa Cruz do Sul, novembro de 2020.

WALDECY RODRIGUES (Universidade Federal do Tocantins)

MARIA DO MAR PÉREZ FRA (Universidad de Santiago de Compostela – Espanha)

ANA ISABEL GARCIA ARIAS (Universidad de Santiago de Compostela – Espanha) -

(Editores convidados do Dossiê Desenvolvimento Regional na Amazônia)

ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA e ERICA KARNOPP
(Editores da Revista REDES)